

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

2014



SUMARIO

Convite do Presidente do Conselho de Administração	3
Esclarecimentos para participação na Assembleia	4
Proposta da Administração	6
Comentários dos Diretores (Art.10 - Instrução CVM nº 480/09)	8
Administradores e membros do Conselho Fiscal e (Item 12.6 a 12.10 - Instrução CVM nº 480)	22
Remuneração dos Administradores (Item 13 - Instrução CVM nº 480/09)	28

**CONVITE DO PRESIDENTE
DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Prezados Acionistas,

Convidamos todos os acionistas para participarem da Assembleia Geral Ordinária que será realizada às 10 horas do dia 05 de maio de 2014, na sede social da Companhia, localizada em São Paulo-SP na Rua do Paraíso, 148 – 15º andar - conj. 151.

A seguir a Companhia fornecerá para sua análise informações requerida pelos Artigos 10 e 12 da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, e outras informações adicionais sobre as matérias incluídas na Ordem do Dia, bem como esclarecimentos para participação na Assembleia da Companhia.

Colocamo-nos à disposição para informações adicionais.

Atenciosamente,
Michael Lenn Ceitlin
Presidente do Conselho de Administração

ESCLARECIMENTOS PARA PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA

Nos termos do Artigo 5º da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, para ser admitido na Assembleia, os acionistas ou seus representantes habilitados deverão observar, para participação na Assembleia ora convocada, o disposto no artigo 126 da Lei nº 6.404/1976, parágrafo 1º, cujo instrumento deverá ser depositado na sede social com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, à data referida para realização da assembleia, além dos documentos abaixo conforme o caso:

Acionista Pessoa Física:

- (i) Documento de identidade do Acionista; e
- (ii) Comprovante, expedido pela instituição financeira depositária ou CBLC – Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia, das ações da Companhia, contendo a respectiva participação acionária.

Acionista Pessoa Jurídica:

- (i) Documento de identidade do representante legal ou procurador presente;
- (ii) Comprovante, expedido pela instituição financeira depositária ou CBLC – Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia, das ações da Companhia, contendo a respectiva participação acionária;
- (iii) Estatuto ou contrato social atualizado, registrado no órgão competente;
- (iv) Documento que comprove poderes de representação: ata de eleição do representante legal presente, registrada no órgão competente, ou da pessoa que assinou a procuração, se for o caso; e
- (v) Em caso de fundo de investimento, o regulamento, bem como os documentos em relação ao seu administrador e procurador, elencados no item iv acima.

Acionistas representados por procurador:

- (i) Procuração, com firma reconhecida, emitida há menos de um ano da data de realização da Assembleia, conforme exigência legal (artigo 126, parágrafo 1º da Lei 6.404/76). O procurador deverá ser acionista, administrador da Companhia ou advogado, sendo que, na companhia aberta, o procurador poderá, ainda, ser instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar os condôminos; e
- (ii) Documento de identidade do Procurador.

Procurações outorgadas fora do Brasil deverão ser notariadas por tabelião público devidamente habilitado para este fim, consularizadas em consulado brasileiro e traduzidas para o português por um tradutor juramentado.

A Companhia, solicita que a documentação acima seja enviada com até 72 (setenta e duas) horas de antecedência da realização da Assembleia para o endereço da sede social:

A/C. Departamento de Relações com Investidores

Rua do Paraíso, 148 – 15º andar - Conj, 151

CEP. 04103-000 – SÃO PAULO - SP

Por fim, a Companhia esclarece ainda que todos os documentos e informações pertinentes à matéria a ser examinada e deliberada na Assembleia da Companhia contendo os esclarecimentos exigidos pela Instrução CVM nº481/09, se encontram à disposição dos acionistas na sede da Companhia, bem como nos sítios eletrônicos www.mundial.com, www.cvm.gov.br e www.bmfbovespa.com.br

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da Mundial S/A – Produtos de Consumo, no termos do que dispõem a legislação pertinente ao Estatuto Social, objetivando atender aos interesses da sociedade, vem propor a V. Sas. o que segue.

- i. **Apreciar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações contábeis, relatório da administração e parecer dos auditores, independentes, referentes ao exercício encerrado em 31/12/2013;**

O Conselho de Administração da Mundial S.A. – Produtos de Consumo, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis (controladora e consolidado) referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013. Com base nos exames efetuados e considerando o relatório com ressalvas dos auditores independentes, com data de 31 de março de 2013, o Conselho de Administração conclui que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária.

- ii. **Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício;**

Em 2013, a Companhia apresentou um lucro líquido de R\$ 4.605 milhões, porém não está sendo apresentado o Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481/2009 em função da apuração de prejuízos acumulados no montante de R\$ 49.038 milhões.

- iii. **Eleger em até 05 membros os integrantes do Conselho de Administração nos termos do que dispõe o Estatuto Social da companhia;**

Conforme previsto no Artigo 9º do Estatuto Social da Companhia, os acionistas deverão, na Assembleia Geral Ordinária, deliberar o número efetivo de membros do Conselho de Administração.

A proposta da Administração é de que o número de membros do Conselho de Administração seja de 05 (cinco) membros. A Companhia entende que a proposta de manter o número de membros do Conselho de Administração está de acordo com os preceitos de governança corporativa seguidos atualmente.

- iv. **Eleger em até 03 membros os integrantes do Conselho Fiscal nos termos do que dispõe o Estatuto Social da companhia;**

Conforme previsto no Artigo 25 do Estatuto Social da Companhia, os acionistas deverão, na Assembleia Geral Ordinária, deliberar o número de membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal, acionistas ou não, os quais terão a remuneração, as funções e deveres obedecidos o que a lei determina. A proposta da Administração é de que o número de membros do Conselho Fiscal permaneça o mesmo do atual, ou seja, 3 (três) membros efetivos e o mesmo número, 3 membros suplentes.

A Companhia entende que a proposta de manter o mesmo número de membros do Conselho Fiscal está de acordo com os preceitos de governança corporativa seguidos atualmente.

v. Fixar o montante da remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

Os membros do Conselho de Administração e do Conselho fiscal receberão uma remuneração na forma fixada pela Assembleia Geral, obedecidos aos dispositivos legais e estatutários próprios.

São Paulo, 01 de abril de 2014.

Michael Lenn Ceitlin
Presidente do Conselho de Administração

Em atendimento ao disposto no artigo 9º inciso III, no artigo 10º e no artigo 12º inciso II da Instrução CVM nº. 481/09, apresentamos a seguir os itens 10, 12.6 a 12.10 e 13 do Formulário de Referência (anexo nº. 24 da Instrução CVM nº. 480), da Mundial S.A. – Produtos de Consumo.

O Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, o Parecer dos Auditores Independentes, o Parecer do Conselho Fiscal, a Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras e a Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes, relativos às Demonstrações Financeiras consolidadas, bem como as Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP do exercício de 2013 da Companhia, foram arquivadas na CVM no dia 01 de abril de 2014 e estão disponíveis para consulta no *website* da Mundial S/A (www.mundial.com).

10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

10.1. OS DIRETORES DEVEM COMENTAR SOBRE:

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais:

A Mundial vem promovendo, ao longo dos últimos três, uma reestruturação organizacional buscando principalmente a adequação da estrutura financeira em toda Companhia. O trabalho nas diversas áreas foi intenso para alcançar os objetivos definidos nas diferentes frentes de atuação. Os números apresentados no encerramento do exercício de 2013, demonstrou que com planejamento e trabalho é possível crescer e alcançar patamares mais elevados nos diferentes segmentos de mercado onde a Companhia atua.

No exercício de 2011, a Companhia gerou R\$ 32,17 milhões de EBITDA Ajustado, tendo realizado investimentos de R\$ 19,4 milhões e encerrado o exercício com receita líquida de R\$ 363,7 milhões.

Em 2012, a Companhia ainda se ressentiu da deficiência de capital de giro, o que se traduziu em elevados custos financeiros operacionais, a Receita Líquida totalizou R\$ 368,1 milhões, montante 1,2% superior em relação aos R\$ 364,0 milhões auferidos no exercício de 2011. O ano de 2012 foi melhor no que tange a geração operacional de caixa. Enquanto o EBITDA, operacional em 2011 somou R\$32,4 milhões, o mesmo indicador registrou R\$ 43,2 milhões em 2012, um incremento superior à 33%. A margem registrou aumento de 2,8 p.p., passando de 8,9% em 2011 para 11,7% ao final de 2012. No ano de 2012, o total de investimentos empregado pela Companhia totalizou R\$ 8,1 milhões, montante 58,2% inferior frente aos R\$ 19,4 milhões investidos em 2011.

No ano de 2013, o lucro líquido totalizou R\$ 4,6 milhões, revertendo o prejuízo líquido de R\$ 6,0 milhões registrado no ano anterior. A margem líquida foi de 1,1%. Tal resultado reflete o processo de reestruturação organizacional realizado ao longo de 2013, o que envolveu maior controle sobre custos e despesas operacionais, a introdução de novos processos tanto industrial quanto em termos administrativos e comerciais, e a firme gestão dos aspectos financeiros. Todos os segmentos de atuação da Companhia contribuíram positivamente para um bom desempenho ao longo do ano, revertendo à situação de resultado líquido negativo dos anos anteriores.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia apresentou uma Receita Líquida de Vendas de R\$ 409,7 milhões com um crescimento de 11,3% sobre o ano anterior. A geração de caixa, medida pelo EBITDA, alcançou o valor de R\$ 58,4 milhões o que representa incremento de 35,0% comparado aos R\$ 43,2 milhões registrados em 2012. A margem se elevou em 2,5 p.p., alcançando 14,2% em 2013. Este crescimento na geração de caixa é o resultado dos frutos alcançado advindos de sua atividade operacional, com elevação do faturamento e maior controle sobre os custos e despesas operacionais.

- b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando: i. hipótese de resgate; ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

Estrutura de Capital

CAPITAL TOTAL	2013 R\$ mil	2012 R\$ mil	2011 R\$ mil
Capital de terceiros	895.465	838.439	847.806
Capital Próprio	37.402	32.330	39.679

- i. Não há no momento a possibilidade da Companhia propor o resgate de suas ações.

- c. fontes de financiamento para capital de giro e para compromissos financeiros assumidos

R\$ (milhões)	2.013	2.012	2.011
Endividamento - curto prazo	159.816	156.913	173.809
Endividamento - longo prazo	3.305	14.411	25.053
Total Endividamento	163.121	171.324	198.862
(-) caixa e equivalentes de caixa e Aplicações Financ.	11.349	7.890	6.456
Endividamento líquido	151.772	163.434	192.406

Atualmente, a maioria das fontes de financiamento da Companhia está lastreada em recebíveis da mesma e o restante advém de linhas de financiamento de curto e médio prazo. O excessivo volume de despesas financeiras tem comprometido grande parte da geração de caixa operacional tonando imperiosa a necessidade de alongamento da dívida financeira à custos compatíveis com a operação.

- d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A Companhia tem efetuado seus investimentos através de financiamentos de longo prazo, em sua grande maioria disponibilizados pelos fornecedores de equipamentos e demais ativos empregados nos seus processos de manufatura.

- e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Atualmente a Companhia se utiliza da grande liquidez de seus recebíveis para lastrear a maioria de suas operações financeiras. A estruturação de uma operação de longo prazo com limite menor de garantias líquidas e custos consideravelmente menores está sendo implementada para o exercício

de 2014. Dita operação representará uma alteração em aproximadamente 30% do perfil da dívida contribuindo sobremaneira para melhoria de liquidez do próximo exercício.

- f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda: (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas; (iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Em 2013, o endividamento líquido, incluindo os valores referentes às debêntures, apresentou aumento de 1,3% em relação à posição de encerramento do exercício de 2012, totalizando R\$ 151,8 milhões em 31 de dezembro de 2013. Tal valor considera a conta de disponibilidades e aplicações financeiras de R\$ 11,3 milhões na data citada.

O grau de endividamento medido pela relação dívida líquida / Ebitda era de 2,6 vezes ao final de 2013, comparado a 3,4 vezes em 31 de dezembro do ano anterior.

Os empréstimos e financiamentos captados no mercado referem-se, basicamente, a captações de recursos, no mercado interno, atualizados pelo CDI (Certificados de Depósito Interbancário) acrescido de spread. Os saldos estão demonstrados no quadro abaixo:

Modalidade	Taxa contrato	Taxa efetiva %	Consolidado		
			31/12/13	31/12/12	31/12/11
Capital de giro - CCB	CDI + 0,84%	1,62	42.338	59.750	81.579
Capital de giro em moeda estrangeira	VC + 11% a.a.	1,25	4.727	4.189	4.279
Capital de giro - 2770	VC + 5,83% a.a.	1,23	-	1.139	-
Capital de giro - Conta garantida	CDI + 0,89% a.m.	1,67	24.656	25.791	19.277
Capital de giro -CCE- NCE	CDI + 0,77% a.m.	1,55	43.011	34.397	33.833
CCB - Cheque empresa	CDI + 4,22% a.m.	5,00	5	-	4.310
Carta fiança	2% a.a	2,00	796	1.436	-
Adiantamento de contrato de câmbio - ACC	VC + 7,29% a.a.	0,97	7.217	5.888	5.701
Adiantamento de câmbio - ACE	VC + 8,23% a.a.	1,04	2.846	5.448	4.528
Fomento	CDI + 1,19% a.m.	1,97	1.505	1.158	-
Desconto de duplicatas	CDI + 1,19% a.m.	1,97	25.883	15.738	17.562
Arrendamento mercantil financeiro	1,33% a.m.	1,33	3.951	3.325	3.342
Finame	TJLP + 0,37% a.m.	0,78	113	230	576
			157.048	158.489	174.987
Passivo circulante			153.743	150.359	167.532
Passivo não circulante			3.305	8.130	7.455
			157.048	158.489	174.987

* O percentual da variação cambial de setembro a dezembro de 2013 foi de 5,05%.

Os empréstimos de capital de giro - CCB estão garantidos por duplicatas, CDB's, NP's, penhor mercantil e aval. Estes empréstimos tem o prazo de até 17 meses.

O empréstimo de capital de giro em moeda estrangeira está garantido por aval. Estes empréstimos tem prazo de até 6 meses.

Os empréstimo de capital de giro - Conta Garantida estão garantidos por duplicatas e aval. Estes empréstimos tem o prazo de até 4 meses.

Os empréstimo de capital de giro - CCE-NCE estão garantidos por duplicatas, CDB's e aval. Estes empréstimos tem o prazo de até 12.

Os empréstimo de CCB - Cheque Empresa estão garantidos por penhor mercantil e aval. Estes empréstimos tem o prazo de até 2.

Os adiantamentos de contrato de câmbio estão garantidos por duplicatas MI e aval. Estes financiamentos tem prazo de até 9 meses.

Os adiantamentos de câmbio-ACE estão garantidos por cambiais ME, CDB e aval. Estes financiamentos tem prazo de até 5 meses.

Os fomentos estão garantidos por NP, aval e com o compromisso de entrega futura de duplicatas. Tem o prazo de até 1 mês.

Os financiamentos de arrendamento mercantil estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados, tem prazo de até 36 meses.

Operações nas Controladas:

Eberle Equipamentos e Processos S.A

Os financiamentos Finame estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados. Estes financiamentos tem o prazo de até 17 meses.

Laboratório Avamiller:

Os financiamentos de arrendamento mercantil estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados, tem prazo de até 32 meses.

Mundial Distribuidora:

Os empréstimos de capital de giro - CCB estão garantidos por duplicatas, CCB's, e aval. Estes empréstimos tem o prazo de até 10 meses.

Os empréstimo de capital de giro - Conta Garantida estão garantidos por duplicatas e aval. Estes empréstimos tem o prazo de até 5 meses.

Os empréstimo de CCB - Cheque Empresa estão garantidos por penhor mercantil e aval. Estes empréstimos tem o prazo de até 3 meses.

O saldo dos empréstimos registrado no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2013 possui o seguinte cronograma de vencimentos:

Ano	Consolidado
2015	2.595
2016	710
	3.305

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

Os principais passivos financeiros da Mundial são classificados como mantidos até o vencimento, conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado		
	31/12/13	31/12/12	31/12/11
Mantidos até o vencimento			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	163.121	171.324	198.862
Fornecedores	40.147	46.224	46.746
Partes relacionadas	-	623	249

Em 31 de dezembro de 2013, a Mundial mantém aplicações em CDB, classificadas como ativos financeiros mantidos até o vencimento, as quais estão atreladas aos empréstimos e financiamentos.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Principais Indicadores – Consolidados

R\$ mil	2013	2012	2011
Receita Bruta	539.360	490.718	479.058
Receita Líquida	409.698	368.142	363.699
Lucro Bruto	143.842	120.052	114.258
<i>Margem bruta (%)</i>	<i>35,1%</i>	<i>32,6%</i>	<i>31,4%</i>
<i>Ebit - Resultado Operacional</i>	<i>46.498</i>	<i>31.224</i>	<i>39.408</i>
<i>Ebitda</i>	<i>58.377</i>	<i>43.244</i>	<i>52.961</i>
<i>Margem eBITDA (%)</i>	<i>14%</i>	<i>12%</i>	<i>15%</i>
Lucro (Prejuízo) do período	4.605	(6.008)	(40.113)
<i>Margem Líquida (%)</i>	<i>1,1%</i>	<i>-1,6%</i>	<i>-11,0%</i>
Dívida Bruta	163.121	171.321	198.862

Receita Operacional Líquida

A Companhia encerrou o ano de 2013 com incremento em seu faturamento líquido, impulsionado pela aumento das vendas em todos os seus segmentos de negócio, o que levou a Companhia a auferir lucro líquido tanto no último trimestre do ano quanto no exercício de 2013.

A Divisão Fashion continua sendo a de maior representatividade na receita da Companhia, seguida de perto pela Divisão Personal Care.

Todos os segmentos de atuação da Companhia apresentaram crescimento da receita de vendas no período, sendo que Fashion e Personal Care continuam respondendo pela maior participação no faturamento da Companhia: respectivamente 40,7% e 40,5% da receita total no 4T13. Ambos os segmentos apresentaram mais de 95,0% da receita originada no mercado interno.

Ainda que o último trimestre do ano não seja tradicionalmente o período mais forte de vendas da Companhia, uma vez que as vendas visando às festas de fim de ano e a colocação das coleções de verão sejam realizadas para o varejo principalmente no terceiro trimestre, o desempenho da receita no 4T13 superou a registrada no trimestre imediatamente anterior. A reestruturação pela qual a Companhia vem passando, que inclui mudanças na estratégia comercial, e a melhoria das condições do mercado nos últimos meses de 2013 colaboraram para tal desempenho.

O resultado do trimestre contribuiu para que a receita líquida do ano de 2013 somasse R\$ 409,7 milhões, 11,3% acima dos R\$ 368,1 milhões registrados em 2012.

Exercício 2012

A Companhia obteve lucro bruto de R\$ 31,2 milhões no 4T12, com margem bruta de 33,8%. O desempenho mostra evolução positiva frente ao 4T11. Comparado ao mesmo período do ano anterior, o lucro bruto apresentou aumento de 18,0%, com ganho de 4,0 p.p. na margem bruta.

O desempenho de 2012 foi positivo ante ao registrado no ano anterior, principalmente em razão do desempenho registrado no segundo semestre, quando o mercado também passou a dar sinais de ligeira melhora. O lucro bruto acumulado no exercício foi de R\$ 120,1 milhões, 5,1% superior em relação ao registrado em 2011, com a rentabilidade bruta alcançando 32,6%, o que indica ganho de 1,2 ponto percentual no mesmo período.

CPV

O custo dos produtos vendidos (CPV) alcançou R\$ 75,0 milhões no último trimestre de 2013, ante os R\$ 61,0 milhões obtidos no mesmo período do ano anterior, o que representa incremento de 22,9%. Com o maior volume de produtos vendidos pela Companhia, à participação do CPV sobre a receita líquida no último trimestre do ano registrou elevação em 1,4 p.p. frente ao percentual registrado no mesmo período do ano anterior, passando a representar 67,5% da receita no 4T13.

Na comparação anual, os custos operacionais somaram R\$ 265,9 milhões no exercício de 2013, montante 7,2% superior ao obtido no mesmo período de 2012, de R\$ 248,1 milhões. Ao contrário do exemplo do que ocorreu no trimestre, houve redução relativa da conta. O CPV passou a representar 64,9% do faturamento da Companhia, ante os 67,4% registrados ao final de 2012, o que representa queda de 2,5 p.p.. A busca pela eficiência e o austero controle de custos em conjunto com o aumento da receita foi o foco da gestão ao longo de 2013.

Exercício 2012

Na avaliação anual, os custos operacionais somaram R\$ 248,1 milhões em 2012, praticamente em linha ao valor obtido ao final de 2011. Os custos representaram 67,4% do faturamento da

Companhia, com leve incremento de 1,2 p.p. frente ao registrado em 2011. A busca pela eficiência e o austero controle de custos têm sido, em conjunto com o aumento do volume de vendas, o foco da gestão. Os esforços empreendidos mostraram resultados no exercício, que apresentou redução do valor absoluto do CPV, a despeito do aumento das vendas.

Lucro Bruto e Margem Bruta

A Companhia obteve lucro bruto de R\$ 36,0 milhões no último trimestre de 2013, o que leva à margem bruta de 32,5%, ou seja, incremento de 15,5% sobre o registrado no 4T12, mas redução de 1,4 p.p. na margem.

Considerado o exercício completo de 2013, o lucro bruto obtido pela Companhia totalizou R\$ 143,8 milhões, elevação de 19,8% ante os R\$ 120,0 milhões obtidos em 2012. A margem bruta também registrou crescimento no período, de 2,5 p.p., atingindo 35,1% em 2013. O ganho de rentabilidade confirma o acerto das medidas já tomadas no sentido de ampliar a eficiência da Mundial.

Exercício 2012

A Companhia obteve lucro bruto de R\$ 31,2 milhões no 4T12, com margem bruta de 33,8%. O desempenho mostra evolução positiva frente ao 4T11. Comparado ao mesmo período do ano anterior, o lucro bruto apresentou aumento de 18,0%, com ganho de 4,0 p.p. na margem bruta.

O desempenho de 2012 foi positivo ante ao registrado no ano anterior, principalmente em razão do desempenho registrado no segundo semestre, quando o mercado também passou a dar sinais de ligeira melhora. O lucro bruto acumulado no exercício foi de R\$ 120,1 milhões, 5,1% superior em relação ao registrado em 2011, com a rentabilidade bruta alcançando 32,6%, o que indica ganho de 1,2 ponto percentual no mesmo período.

Despesas Operacionais

No 4T13, as despesas operacionais totalizaram R\$ 27,6 milhões, o que representa aumento de 12,1% ante os R\$ 24,6 milhões registrados no mesmo trimestre de 2012.

Na comparação com o 4T12, as despesas administrativas foram 6,2% superiores, atingido R\$ 7,2 milhões no 4T13. Tal elevação está relacionada ao processo de reestruturação organizacional vivido pela Companhia ao longo do ano, que busca sua maior eficiência e conseqüente redução em um segundo momento. Já as despesas com vendas foram as que apresentaram a maior elevação, em 21,6%, passando de R\$ 17,2 milhões no 4T12 para R\$ 20,9 milhões no 4T13. Essas despesas se constituem na maior parcela de contribuição para o total das despesas operacionais, incluindo frete, comissões e despesas promocionais. No caso do último trimestre de 2013, as despesas com vendas acompanharam o incremento observado pelo faturamento líquido.

Em 2013, as despesas operacionais totalizaram R\$ 101,7 milhões, ante os R\$ 92,6 milhões registrados no mesmo período do ano anterior, ou seja, elevação de 9,8%. Na comparação anual, tanto as despesas comerciais quanto as administrativas apresentaram elevação, em 15,6% e 12,5%, somando R\$ 74,8 milhões e R\$ 28,9 milhões, respectivamente. O desempenho se deu face ao maior volume vendido no ano de 2013, juntamente a necessidade da Companhia de se fazer presente nos grandes mercados consumidores, o que contribuiu para o ganho de rentabilidade em suas operações. A Administração da Companhia continua empenhada na busca pela eficiência por

meio da revisão de processos e sistemas, procurando identificar pontos de melhorias que resultem em economia em todas as suas áreas de negócio e seus principais centros de despesas.

Exercício 2012

No ano de 2012, as despesas operacionais totalizaram R\$ 92,6 milhões, montante 6,8% inferior aos R\$ 99,4 milhões obtidos em 2011. No período, tanto as despesas comerciais - que somaram R\$ 64,8 milhões -, quanto as administrativas (R\$ 25,7 milhões) registraram redução, 0,8% e 10,8%, respectivamente. A diminuição do valor absoluto das despesas se deu ao mesmo tempo em que as vendas aumentaram, revelando o forte esforço realizado no sentido de buscar ganho de rentabilidade para as operações.

EBITDA

A Mundial colheu frutos satisfatórios advindos de sua atividade operacional, com elevação do faturamento e maior controle sobre os custos e despesas operacionais. Com isso, apresentou geração operacional de caixa positiva ao final de 2013. O Ebitda no 4T13 somou R\$ 16,5 milhões, com ganho de 54,1% ante o 4T12, e margem de 14,9% sobre a receita líquida.

EBIT - EBITDA (R\$ milhões)	2013	2012	2011
Receita Líquida	409.698	368.142	363.699
Lucro Operacional Bruto	143.842	120.052	114.258
Despesas Operacionais	(101.677)	(92.569)	(99.413)
Despesas comerciais	(74.814)	(64.744)	(65.236)
Despesas administrativas e outras receitas e despesas operacionais	(26.864)	(27.825)	(34.177)
Resultado operacional antes do resultado das participações em controladas e do resultado financeiro	42.165	27.483	14.845
*Programa de recuperação fiscal (REFIS)	4.333	3.740	4.024
EBIT	46.498	31.223	18.869
Depreciação e amortização	11.879	12.020	13.553
EBITDA		43.243	32.422
**Despesas não recorrentes			20.538
EBITDA - ajustado	58.377	43.243	52.960

No ano, a Mundial atingiu Ebitda de R\$ 58,4 milhões, o que representa incremento de 35,0% comparado aos R\$ 43,2 milhões registrados em 2012. A margem se elevou em 2,5 p.p., alcançando 14,2% em 2013.

Exercício 2012

O ano de 2012 foi marcadamente melhor no que tange a geração operacional de caixa. Enquanto o EBITDA, operacional em 2011 somou R\$32,4 milhões, o mesmo indicador registrou R\$ 43,2 milhões em 2012, um incremento superior à 33%.

A margem registrou aumento de 2,8 p.p., passando de 8,9% em 2011 para 11,7% ao final de 2012.

10.2 OS DIRETORES DEVEM COMENTAR:

a. resultados das operações do emissor, em especial (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita; (ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

O cenário econômico mundial, por mais um ano consecutivo, não foi animador em 2013. A evolução do PIB de economias líderes, como EUA e Alemanha, decepcionou o mercado, atingindo respectivamente 1,9% e 0,4%, índices inferiores aos registrados no ano anterior. A Argentina, importante parceiro comercial do Brasil, vem sofrendo os impactos negativos da forte desvalorização de sua moeda, com disparada da inflação e redução de suas reservas internacionais. No Brasil, tivemos alta da taxa de juros como ferramenta utilizada pelas autoridades monetárias no combate à pressão inflacionária, e redução na oferta de crédito. Ao mesmo tempo, indicadores mais positivos se mantiveram, com a taxa de desemprego registrando o menor patamar de sua história e novos consumidores entrando na classe média. Depois de um período de menor demanda, a partir do crescimento do nível de endividamento das famílias e redução da confiança do consumidor, o mercado doméstico começou a dar sinais de retomada no último trimestre do ano. O PIB brasileiro cresceu 0,7% no quarto trimestre em comparação com o trimestre imediatamente anterior e 1,9% ante igual período de 2012. No acumulado do exercício, a evolução foi de 2,3%, acompanhada da boa notícia de crescimento de 6,3% no nível de investimento na economia (formação bruta de capital fixo).

Mesmo frente a esse cenário instável, a Companhia alcançou desempenho operacional positivo, com aumento das vendas em todos os seus segmentos de atuação. A evolução confirma o acerto da estratégia comercial mais agressiva que vem sendo adotada e do trabalho de reestruturação da empresa, que envolve adequação de processos industriais e administrativos, além de rigorosa gestão de custos e despesas.

Exercício 2012

A receita da Companhia teria uma evolução mais significativa em relação ao exercício de 2011 não tivessem os primeiros 5 meses do ano representado um período de fraca demanda. Notadamente na Divisão Fashion, o reposicionamento da taxa cambial, evoluindo de R\$ 1.55 por US\$ para cerca de R\$ 2.00 por US\$ proporcionou um incremento nos negócios desta divisão. Neste patamar cambial, muitas confecções e até mesmo redes de varejo optaram por voltar a produzir e/ou encomendar produtos no Brasil, dando novo animo à cadeia produtiva do setor de confecção.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Vide item acima

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

A inflação de custos manteve-se em linha com os valores orçados pela Companhia lembrando que seus principais insumos tem vetores de custos fortemente indexados à taxa cambial, como cobre, alumínio, zinco e ações inoxidáveis.

10.3 OS DIRETORES DEVEM COMENTAR OS EFEITOS RELEVANTES QUE OS EVENTOS ABAIXO TENHAM CAUSADO OU SE ESPERA QUE VENHAM A CAUSAR NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EMISSOR E EM SEUS RESULTADOS:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Após negociações com a empresa parceira da área de logística de distribuição e comercialização, em 3 de fevereiro de 2014, a Mundial S.A. firmou aditivo contratual por meio do qual reassume a gestão comercial e de distribuição da Divisão *Personal Care* (marcas Mundial e Impala), assim como o processo de importação dos produtos fabricados por terceiros para a Companhia no exterior. A atividade de importação e distribuição de produtos das marcas Mundial S.A. e Impala que até então ficavam à cargo deste operador logístico passarão integralmente para a Mundial ao longo de 2014. O processo de transição levará cinco meses, fazendo com que a Mundial S.A. venha a retomar tais atividades a partir de início de julho de 2014.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

10.4 OS DIRETORES DEVEM COMENTAR

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

Não houve alterações nas práticas contábeis para o período em análise.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não se aplica a Companhia.

c. ressalvas e ênfase presentes no parecer do auditor

Parecer dos diretores

Na opinião com ressalvas apontada pelos nossos auditores externos KPMG Auditores Independentes, a Companhia mantém saldos contábeis relativos às suas obrigações fiscais e sociais de impostos divergentes dos valores apresentados pelos órgãos fiscais, relativos aos impostos a recolher da Companhia.

Neste sentido, a Companhia está realizando trabalho de diagnóstico e revisão de todos os impostos e contribuições federais. Este trabalho de revisão busca a adequação da real e devida obrigação tributária que compõem o saldo contábil/fiscal, depois de analisadas dentro do enquadramento da atual legislação e jurisprudências pacificadas de última instância no poder judiciário.

Nesta linha, dada a complexidade e volume do trabalho em desenvolvimento, a Companhia assinou contrato com consultoria jurídica para revisão e adequação de todo o passivo tributário federal das empresas do grupo.

Os consultores estão ultimando as providências para apontamento dos equívocos aos órgãos competentes, trabalho este que já mapeou a existência de divergências em mais de 300 processos, com potencial de redução atrelado aos parcelamentos federais instituídos pelas Leis nº. 9.964/2000 (REFIS) e nº. 11.941/2009.

Na atual fase, já estão sendo protocoladas petições específicas, com o objetivo de reduzir substancialmente a dívida da Companhia consolidada nos parcelamentos federais acima delineados.

Até o presente momento, somente no que diz respeito aos valores em duplicidade perante os órgãos federais, a consultoria já identificou e apresentou requerimento no montante de R\$33.332 (trinta e três milhões trezentos e trinta e dois mil), valores diretamente vinculados ao parcelamento instituído pela Lei nº. 11.941/2009.

As matérias objeto dos pedidos de cancelamento e extinção de débitos requeridos à Procuradoria da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil, que administram e cobram os débitos Companhia, encontram amparo legal no CTN, Leis Ordinárias, Medidas Provisórias, Pareceres e Notas editadas pela PGFN com aprovação ministerial (MF), Soluções de Consulta Internas editadas pelo COSIT E CODAC, acórdãos e decisões do STJ e STF.

A conclusão da revisão nos moldes acima trará uma redução no desembolso mensal das parcelas vinculadas.

Ênfase

A Administração da Companhia entende ser capaz de cumprir com suas obrigações financeiras e passivo tributário, mesmo apresentando alto endividamento de curto prazo. Conforme já comentado no "*Parecer dos diretores*" a Companhia está em processo de revisão e adequação de todo o passivo tributário federal das empresas do grupo e vem promovendo, ao longo dos últimos três anos, uma reestruturação organizacional buscando principalmente a adequação da estrutura financeira em toda Companhia.

Cumprir destacar que, em janeiro de 2014, a Mundial S/A firmou um aditamento ao contrato que mantém com a Etilux Indústria e Comércio Ltda. através do qual a Mundial reassume a gestão comercial e a distribuição dos produtos com a marca "*Mundial Personal Care*", bem como o processo de importação de itens até hoje chamados de licenciados com a mesma marca.

A expectativa da Administração da Companhia é de que essa retomada da operação logística da Divisão deva levar cerca de 150 dias, e que a mesma resulte em ganhos para a Companhia, criando maior proximidade no relacionamento com os clientes e gerando oportunidades de crescimento de receita e de rentabilidade.

As debêntures adquiridas de Hercules S/A, no montante de R\$ 389.007, pelo valor nominal à vista por meio de utilização de créditos detidos pela Companhia, decorrente de saldo por mútuo e conta corrente com a Hercules S.A, faz parte da reorganização societárias das duas Companhias. As debêntures estão garantidas pela marca Hercules, cujo valor foi determinado em laudo de avaliação específico. A administração da Companhia acredita no fortalecimento e valorização das marcas da Hercules S.A. bem como no aumento da capacidade de geração de caixa e consequentemente maior capacidade de amortização das suas dívidas, sendo assim, não tem dúvidas quanto à continuidade operacional da Hercules S/A – Fábrica de Talheres.

A Companhia reconhece as dificuldades de estrutura de capital, elevado custo financeiro e baixa liquidez corrente, no entanto, conforme descrito acima, a Administração não tem dúvida quanto à continuidade operacional dos negócios da Companhia. As negociações ora em andamento aliadas às perspectivas de melhora operacional certamente conduzirão a uma nova situação de vitalidade financeira capaz de financiar de forma sustentada o crescimento das operações da Companhia.

10.5 OS DIRETORES DEVEM INDICAR E COMENTAR POLÍTICAS CONTÁBEIS CRÍTICAS ADOTADAS PELO EMISSOR, EXPLORANDO, EM ESPECIAL ESTIMATIVAS CONTÁBEIS FEITAS PELA ADMINISTRAÇÃO SOBRE QUESTÕES INCERTAS E RELEVANTES PARA DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E DOS RESULTADOS, QUE EXIJAM JULGAMENTOS SUBJETIVOS OU COMPLEXOS, TAIS COMO: PROVISÕES, CONTINGÊNCIAS, RECONHECIMENTO DA RECEITA, CRÉDITOS FISCAIS, ATIVOS DE LONGA DURAÇÃO, VIDA ÚTIL DE ATIVOS NÃO-CIRCULANTES, PLANOS DE PENSÃO, AJUSTES DE CONVERSÃO EM MOEDA ESTRANGEIRA, CUSTOS DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL, CRITÉRIOS PARA TESTE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS.

As demonstrações contábeis da Companhia incluem, portanto, estimativas que foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos às estimativas incluem: a provisão para créditos de liquidação duvidosa; provisão para realização de estoques; a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado; provisões necessárias para passivos contingenciais, projeções de resultados que suportam o registro de impostos e contribuições diferidos e de análise de realização de ativos e a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As práticas contábeis adotadas pela companhia para o registro das operações e elaboração das demonstrações contábeis estão de acordo com as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, inclusive as decorrentes da Lei nº 11.638/07 que alterou e revogou dispositivos existentes e introduziu novos às Leis 6.404/76 (Lei das S.A.) e nº 11.941/09, incluindo os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Na elaboração das demonstrações contábeis, a companhia adotou a mudança nas práticas contábeis, atendendo a Deliberação CVM nº 610/09 que aprova o Pronunciamento Técnico CPC nº 43 – Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40.

10.6 COM RELAÇÃO AOS CONTROLES INTERNOS ADOTADOS PARA ASSEGURAR A ELABORAÇÃO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONFIÁVEIS, OS DIRETORES DEVEM COMENTAR.

a. Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las.

Os controles internos em prática da Companhia sobre elaboração e apresentação de Relatórios Financeiros visam fornecer segurança a respeito da confiabilidade na preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis divulgadas.

A companhia com base nas melhores práticas, através de sua estrutura interna, busca avaliar constantemente a eficiência e eficácia, bem como, manter atualizados seus sistemas de controles, com o objetivo de mitigar eventuais perdas que possam advir de sua exposição ao risco e o fortalecimento de processos e procedimentos.

b. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente.

O estudo e a avaliação do sistema contábil e de controles internos da Companhia, conduzido pelos auditores independentes, em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, foi efetuado com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. O estudo efetuado na extensão e com o objetivo antes mencionado pelos auditores independentes não se configura como uma deficiência significativa do sistema contábil e de controles internos da Companhia.

10.7 CASO O EMISSOR TENHA FEITO OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS, OS DIRETORES DEVEM COMENTAR:

a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

A Companhia não realizou oferta pública de ações no último exercício social.

b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

A Companhia não realizou oferta pública de ações no último exercício social.

c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

A Companhia não realizou oferta pública de ações no último exercício social.

10.8 OS DIRETORES DEVEM DESCREVER OS ITENS RELEVANTES NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EMISSOR, INDICANDO:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (offbalance sheet items), tais como: i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços iv. contratos de construção não terminada v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há ativos e passivos relevantes que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia do exercício de 2013.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia do exercício de 2013.

10.9 EM RELAÇÃO A CADA UM DOS ITENS NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDICADOS NO ITEM 10.8, OS DIRETORES DEVEM COMENTAR:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia do exercício de 2013.

b. natureza e o propósito da operação

Não aplicável.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável.

10.10 OS DIRETORES DEVEM INDICAR E COMENTAR OS PRINCIPAIS ELEMENTOS DO PLANO DE NEGÓCIOS DO EMISSOR, EXPLORANDO ESPECIFICAMENTE OS SEGUINTE TÓPICOS:

a. investimentos, incluindo: (i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos; (ii) fontes de financiamento dos investimentos; (iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

A Mundial continuou seu processo de investimento focado na ampliação de capacidade e manutenção preventiva, além de ações no sentido de introduzir novos processos mais eficientes e ampliar a automação na Companhia. Com isso, no 4T13, foram direcionados R\$ 2,4 milhões a suas unidades de negócio, montante 62,6% superior ao registrado no mesmo período do ano passado, de R\$ 1,5 milhão. No ano de 2013, o total de investimentos empregado na Companhia totalizou R\$ 8,0 milhões, com redução de 1,5% em relação ao total investido em 2012.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.

Não houve quaisquer aquisições de ativos pela Companhia.

c. novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; (iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Não há novos projetos com investimentos relevantes além dos já citados anteriormente.

10.11 COMENTAR SOBRE OUTROS FATORES QUE INFLUENCIARAM DE MANEIRA RELEVANTE O DESEMPENHO OPERACIONAL E QUE NÃO TENHAM SIDO IDENTIFICADOS OU COMENTADOS NOS DEMAIS ITENS DESTA SEÇÃO.

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

12.6 EM RELAÇÃO A CADA UM DOS ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL DO EMISSOR, INDICAR:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO								
Nome	Idade	Profissão	CPF	Cargo Efetivo Ocupado	Data da Eleição/Posse	Prazo do Mandato	Outros Cargos Executivos	Eleito pelo controlador
Michael L. Ceitlin	52	Engenheiro	295.996.600-72	Pres. do Conselho	03/05/2013	1 ano	Diretor Presidente e DRI	sim
Paulo R. Leke	71	Economista	001.986.760-34	Vice-Presidente	03/05/2013	1 ano	Não se aplica	sim
José Maria C. H Soares	73	Adm. de Empresas	011.277.727-91	Conselheiro	03/05/2013	1 ano	Não se aplica	Sim
Edson Queiroz Barcelos Jr.	39	Advogado	936.135.801-44	Conselheiro	03/05/2013	1 ano	Não se aplica	Sim
Adolpho Vaz de Arruda Neto	45	Adm. de Empresas	074.416.798-18	Conselheiro	03/05/2013	1 ano	Não se aplica	Sim

CONSELHO FISCAL								
Nome	Idade	Profissão	CPF	Cargo Efetivo Ocupado	Data da Eleição Posse	Prazo do Mandato	Outros Cargos Executivos	Eleito pelo controlador
Paulo F. Gross	71	Engenheiro	000.580.170-20	Efetivo	03/05/2013	1 ano	Não se aplica	sim
Pedro P. de Souza	66	Contador	181.558.207-34	Efetivo	03/05/2013	1 ano	Não se aplica	sim
Launer O. Gonçalves	71	Contador	054.820.200-10	Efetivo	03/05/2013	1 ano	Não se aplica	sim
Sérgio M de Moraes	63	Contador	123.518.300-91	Suplente	03/05/2013	1 ano	Não se aplica	sim
Suzana .de Oliveira	38	Administradora	910.165.250/87	Suplente	03/05/2013	1 ano	Não se aplica	sim
Julio C. Ruzzarin	66	Advogado	051.479.130-68	Suplente	03/05/2013	1 ano	Não se aplica	sim

DIRETORIA								
Nome	Idade	Profissão	CPF	Cargo Efetivo Ocupado	Data da Eleição Posse	Prazo do Mandato	Outros Cargos Executivos	Eleito pelo controlador
Michael Ceitlin	52	Engenheiro	295.996.600-72	Diretor Presidente	03/05/2013	1 ano	Presidente do Conselho e DRI	sim
Julio C. Camara	48	Contador	438.373.870-20	Diretor	03/05/2013	1 ano	Não se aplica	sim
Marcelo F. de Freitas	46	Contador	526.944.020-20	Diretor	03/05/2013	1 ano	Não se aplica	sim

12.7 COMPOSIÇÃO DOS COMITÊS ESTATUTÁRIOS E DOS COMITÊS DE AUDITORIA, FINANCEIRO E DE REMUNERAÇÃO

A Companhia não possui comitês estatutários e não estatutários, de auditoria, de riscos, financeiros e de remuneração.

12.8 EM RELAÇÃO A CADA UM DOS ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL, FORNECER:

a. Currículo, contendo as seguintes informações: i. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos - nome da empresa; cargo e funções inerentes ao cargo e atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor:

b. Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal; ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou Administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Michael Lenn Ceitlin – CPF 295.996.600-72

Membro do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária.

Experiências profissionais: Iniciou suas atividades nas empresas do grupo Zivi em 1985, atualmente Mundial S/A e Hercules S/A, como gerente dos departamentos de Engenharia Industrial e de Planejamento de Recursos de Manufatura. Eleito, em 1993, Vice-Presidente do Conselho de Administração e Diretor Superintendente das empresas ZIVI S/A – Cutelaria, HERCULES S/A – FÁBRICA DE TALHERES e EBERLE S/A. atualmente é Presidente do Conselho, Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores, das empresas MUNDIAL S/A, e HERCULES S/A, empresas do ramo Industrial e comercial.

Não ocorreu nenhuma condenação judicial, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra que pudesse afetar as atividades profissionais.

Paulo Roberto Leke – CPF 001.986.760-34

Membro do Conselho de Administração desde 2009.

Experiências profissionais: De 1977 a 1982 foi Gerente Geral Administrativo Financeiro Grupo Gerda; de 1982 a 1989 foi Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com o Mercado na RIOCELL S/A; de 1990 a 1994 foi Diretor Corporativo Grupo Joaquim Oliveira; de 1994 a 1997 foi Diretor Corporativo de Finanças e Controle das empresas Eberle S/A, Zivi S/A e Hercules S/A.

Desde 1997 é Sócio de Leke + Gross Consultores Associados. Atualmente é Membro do Conselho de Administração de Lojas Colombo S.A. Atualmente é Vice-Presidente do Conselho de Administração das empresas Mundial S.A. e Hercules S.A.

Não ocorreu nenhuma condenação judicial, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra que pudesse afetar as atividades profissionais.

Jose Maria de Cesarino Henriques Soares – CPF 011.277.727-91

Membro do Conselho de Administração desde 2012.

Experiências profissionais: BOVESPA – Superintendente de Desenvolvimento de Mercado (1982/85); BOVESPA – CEO (1986/87) e Consulting Group do Brasil – 1988 a 2011 – Sócio-diretor - Conselhos de Administração das empresas: Telemar – Suplente do Presidente do Conselho – 1998/2000; LF Telecom – 2000/2005; La Fonte Participações S.A.(Jereissati Participações S.A).- 2001 a 2011 – Consultorias nas empresas: Grupo Santista, Lojas Renner, Springer, lochpe, Grupo Ultra, Laticínios Mococa, CBD (Pão de Açúcar), Hospital São Luiz. Atualmente é Conselheiro de administração das empresas Mundial S/A e Hercules S/A.

Não ocorreu nenhuma condenação judicial, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra que pudesse afetar as atividades profissionais.

Edson Queiroz Barcelos Junior – CPF 936.135.801-44

Membro do Conselho de Administração, desde 2012.

Experiências profissionais: Ocupação Principal: Sócio Sênior do Escritório Eduardo Ferrão Advogados Associados, desde 2003. Área de atuação: Tribunais Superiores. Ramo de Atuação: Direito Constitucional, Tributário, Econômico, Empresarial e Bancário. Atualmente é Conselheiro de administração da empresa Mundial S/A.

Não ocorreu nenhuma condenação judicial, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra que pudesse afetar as atividades profissionais.

Adolpho Vaz de Arruda Neto – CPF. 074.416.798-18

Membro do Conselho de Administração, desde 2012.

Experiências profissionais: Sócio Gerente responsável pela administração geral da Empresa Pauli Pecuária e Empreendimentos Ltda.; membro do Conselho deliberativo e Sócio Proprietário do Empreendimento Condomínio Cetenco Plaza; de 1977 a 2003 foi Secretário Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Rurais, Secretário Municipal de Esportes e Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Emprego na Prefeitura Municipal de Registro; membro do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Atualmente é Conselheiro de administração da empresa Mundial S/A – Produtos de Consumo.

Não ocorreu nenhuma condenação judicial, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra que pudesse afetar as atividades profissionais.

CONSELHO FISCAL EFETIVO

Paulo Fernando Gross – CPF 000.580.170-20

Membro do Conselho Fiscal desde 2011.

Experiências profissionais: 1964-1979 – Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul; 1979-1983 – Chefe de Departamento do Banco Nacional de Desenvolvimento e Social – BNDES; 1983-1985 – Diretor de Crédito Iochpe de Investimento; 1986-1988 – Diretor Corporativo Cia. Iochpe de Participações; 1989-1992 – Diretor Superintendente do Banco Iochpe S.A ; 1992-1997 – Diretor Geral do banco BCR – banco de Crédito Real S/A. Desde, 1997 é Sócio de Leke + Gross Consultores Associados. Atualmente é membro do Conselho Fiscal da empresa Mundial S/A – Produtos de Consumo.

Não ocorreu nenhuma condenação judicial, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra que pudesse afetar as atividades profissionais.

Pedro Paulo de Souza – CPF 181.558.207-34

Membro do Conselho Fiscal, desde 2011.

Experiências profissionais: 1969 a 1972; Forjas Brasileiras S/A - Indústria Metalúrgica - Contador Geral – de 1972 a 2003; Adler S.A. - Participações Societárias - Contador - desde 1972; VIC D.T.V.M S.A.- Contador - desde 1986; Unipar S.A.- Conselheiro Fiscal - desde 2001; Confab S.A.- Conselheiro Fiscal - desde 2002. Atualmente conselheiro fiscal da empresa Mundial S.A.- Produtos de Consumo.

Não ocorreu nenhuma condenação judicial, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra que pudesse afetar as atividades profissionais.

Launer de Oliveira Gonçalves – CPF 054.820.200-10

Membro do Conselho Fiscal, desde 2011.

Experiências profissionais: Termolar S.A., diversas funções na administração – 1965 a 1979; Edisa S.A. Gerente contábil – 1979 a 1984; Riocell S.A. Gerente Contábil 1984 a 1997; Consultor de empresas nas áreas contábil, fiscal e societária. Atualmente é conselheiro fiscal da empresa Mundial S/A – produtos de Consumo.

Não ocorreu nenhuma condenação judicial, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra que pudesse afetar as atividades profissionais.

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Marcelo Fagundes de Freitas – CPF.526.944.020-20

Diretor estatutário, desde 2007.

Experiências profissionais: Iniciou suas atividades no Grupo ZIVI em 1986, atualmente Mundial. Exerceu as funções de subchefe do Contas a receber, Analista Contábil, Chefe da Contabilidade Societária, Gerente de Controladoria, Gerente de Controladoria e Finanças. Atualmente é Diretor Administrativo e Financeiro das empresas Mundial S/A – Produtos de Consumo e Hercules S/A – Fábrica de Talheres.

Não ocorreu nenhuma condenação judicial, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra que pudesse afetar as atividades profissionais.

Julio Cesar Camara – CPF 438.373.870-20

Diretor estatutário, desde 1998.

Experiências profissionais: Iniciou suas atividades no grupo Eberle Mundial em 1996, como consultor Empresarial pela Galeazzi & Associados. Em 1998 foi eleito Diretor de Administrativo e Financeiro do Grupo Mundial, das empresas Eberle S/A, Zivi S/A e Hercules S/A. Em 2007 passou a exercer o cargo de Diretor de Planejamento e Controle. Atualmente exerce o cargo de Diretor Geral Personal Care das empresas Mundial S/A – Produtos de Consumo e Hercules S/A – Fábrica de Talheres.

Não ocorreu nenhuma condenação judicial, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra que pudesse afetar as atividades profissionais.

12.9 INFORMAR A EXISTENCIA DE RELAÇÃO CONJUGAL, UNIÃO ESTÁVEL OU PARENTESCO ATÉ O SEGUNDO GRAU ENTRE:

- a. administradores do emissor;**
- b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor;**
- c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor;**
- d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor:**

Não existe relação conjugal, união estável ou parentesco com qualquer administrador da Companhia.

12.10 RELAÇÕES DE SUBORDINAÇÃO, PRESTAÇÃO DE SERVIÇO OU CONTROLE MANTIDAS, NOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS, ENTRE ADMINISTRADORES DO EMISSOR E:

- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor;**

Não há relação

- b. controlador direto ou indireto do emissor;**

Não há relação

- c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas**

Michael Lenn Ceitlin – CPF 295.996.600-72

Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração.

Pessoa relacionada: ZHEPAR PARTICIPAÇÕES LTDA., financiador do emissor.

13.1 DESCREVER A POLÍTICA OU PRÁTICA DE REMUNERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA E NÃO ESTATUTÁRIA, DO CONSELHO FISCAL, DOS COMITÊS ESTATUTÁRIOS E DOS COMITÊS DE AUDITORIA, DE RISCO, FINANCEIRO E DE REMUNERAÇÃO, ABORDANDO OS SEGUINTE ASPECTOS:

a. objetivos da política ou prática de remuneração:

Em que pese a Companhia ainda não ter implementado a remuneração variável para os administradores além daquela prevista em seu Estatuto Social, a companhia acredita que o principal desafio na gestão de pessoas em todos os níveis está centrado na capacidade de atrair e reter executivos de alto nível através da remuneração de mercado, associando à mesma uma parcela variável em função dos resultados alcançados. Outro desafio é estimular a cultura de realização e superação de metas desafiadoras; superando desafios de curto e longo prazo de maneira consistente e sustentável.

A Companhia acredita que executivos de alto nível trazem um diferencial competitivo que impacta positivamente o retorno dos negócios e conseqüentemente para os acionistas. A companhia acredita, também, que a filosofia de remuneração relacionada com os resultados mantém o alinhamento entre os interesses dos executivos e acionistas.

b. composição da remuneração, indicando:

i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles.

A remuneração dos administradores está atrelada somente ao resultado econômico do exercício no limite estabelecido pelo Estatuto Social, ou seja até 10% do resultado líquido. No que diz respeito aos demais executivos não estatutários, a remuneração está dividida em duas partes, uma fixa que corresponde ao salário base e outra na forma de remuneração variável que corresponde ao incentivo de curto prazo.

A remuneração fixa está posicionada na mediana de mercado e o total em dinheiro (remuneração fixa mais incentivo de curto prazo) no 3º quartil de mercado.

Os membros do Conselho de Administração recebem honorários fixos mensais que representam em média as melhores práticas de mercado para empresas de porte similar.

ii. Qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Para Administradores 100% fixo a exceção da distribuição de 10% do resultado se houver. Para executivos 60% fixo e 40% variável sobre metas operacionais

iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

O valor a remuneração fixa e o alvo dos incentivos de curto prazo são periodicamente comparados com o mercado através de pesquisas conduzidas por consultoria especializada e ajustados quando necessário para assegurar o cumprimento dos objetivos da política.

iv. Razões que justificam a composição da remuneração

Esta composição equilibra o foco no curto e longo prazo.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:

A determinação do salário base leva em consideração o valor do cargo medido por sistema de avaliação de cargos e os referenciais de mercado.

O incentivo de curto prazo é determinado por indicadores operacionais como evolução da receita líquida, do lucro bruto e resultado operacional assim como pelo resultado da avaliação de desempenho individual.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho:

No planejamento estratégico realizado a cada 3 anos são definidas as metas e desafios para os anos subseqüentes que são desdobradas por toda a organização sob forma de metas financeiras das operações de negócios, das unidades e individuais. As metas são desafiadoras e estimulam a melhoria contínua dos resultados gerais da empresa. A remuneração está estruturada de tal forma que parte importante é composta pela parcela variável, cujo pagamento está vinculado à realização das metas e dos desafios.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do missor de curto, médio e longo prazo:

Os indicadores escolhidos para determinar os níveis de remuneração dos executivos - a evolução da receita líquida, do lucro bruto e resultado operacional, são os que a companhia entende melhor resguardam o interesse de longo prazo dos acionistas.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:

Não se aplica

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário de emissor:

Não se aplica.

13.2 EM RELAÇÃO À REMUNERAÇÃO RECONHECIDA NO RESULTADO DOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS E À PREVISTA PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA E DO CONSELHO FISCAL, ELABORAR TABELA COM O SEGUINTE CONTEÚDO:

Remuneração total do Exercício em 31/12/2011 - Valores Anuais				
a. Orgão	Cons. Admin.	Diretoria Estatutária	Cons. Fiscal	Total
b. Número de membros (1)	2	3	3	8
c. Remuneração segregada				
i. Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore (2)	203.840,00	1.897.266,99	224.160,00	2.325.266,99
Benefícios direto e indireto	-	-	-	-
Participação em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
ii. Remuneração Variável	-	-	-	-
Bônus	-	-	-	-
Participação nos resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
iii. Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
iv. Benefícios pela cessação do exerc. do cargo	-	-	-	-
v. Baseado em ações	-	-	-	-
Total da remuneração	203.840,00	1.897.266,99	224.160,00	2.325.266,99

OBS.

(1) O número de membros de cada órgão foi apurado somando o número de membros em cada mês do ano e dividindo por 12 meses, conforme instrução Ofício Circular CVM/SEP 01/2013.

(2) O Diretor Presidente também é membro do Conselho de Administração. A remuneração está computada no órgão Diretoria Estatutária.

Remuneração total do Exercício em 31/12/2012 - Valores Anuais

a. Órgão	Cons. de Admin.	Diretoria Estatutária	Cons. Fiscal	Total
b. Número de membros (1)	3,75	3	3	9,75
c. Remuneração segregada				
i. Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore (2)	361.880,00	1.963.691,00	199.800,00	2.525.371,00
Benefícios direto e indireto	-	-	-	-
Participação em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
ii. Remuneração Variável	-	-	-	-
Bônus	-	-	-	-
Participação nos resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
iii. Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
iv. Benefícios pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
v. Baseado em ações	-	-	-	-
Total da remuneração	361.880,00	1.963.691,00	199.800,00	2.525.371,00

OBS.

(1) O número de membros de cada órgão foi apurado somando o número de membros em cada mês do ano e dividindo por 12 meses, conforme instrução Ofício Circular CVM/SEP 01/2013.

(2) O Diretor Presidente também é membro do Conselho de Administração. A remuneração está computada no órgão Diretoria Estatutária.

Remuneração total do Exercício em 31/12/2013- Valores Anuais

a. Órgão	Cons. de Adm	Diretoria Estatutária	Cons. Fiscal	Total
b. Número de membros (1)	4	3	3	10
c. Remuneração segregada				
i. Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore (2)	376.704,00	2.057.284,16	194.400,00	2.628.388,16
Benefícios direto e indireto	-		-	-
Participação em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
ii. Remuneração Variável	-	-	-	-
Bônus	-	-	-	-
Participação nos resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
iii. Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
iv. Benefícios pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
v. Baseado em ações	-	-	-	-
Total da remuneração	376.704,00	2.057.284,16	194.400,00	2.628.388,16

OBS.

(1) O número de membros de cada órgão foi apurado somando o número de membros em cada mês do ano e dividindo por 12 meses, conforme instrução Ofício Circular CVM/SEP 01/2013.

(2) O Diretor Presidente também é membro do Conselho de Administração. A remuneração está computada no órgão Diretoria Estatutária.

Remuneração total prevista para o exercício social corrente 31/12/2014 - Valores Anuais

a. Órgão	Cons. de Adm	Diretoria Estatutária	Cons. Fiscal	Total
b. Número de membros (1)	4	3	3	10
c. Remuneração segregada				
i. Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore (2)	396.794,88	2.207.780,00	204.768,00	2.809.342,88
Benefícios direto e indireto	-	-	-	-
Participação em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
ii. Remuneração Variável	-	-	-	-
Bônus	-	-	-	-
Participação nos resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
iii. Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
iv. Benefícios pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
v. Baseado em ações	-	-	-	-
Total da remuneração	396.794,88	2.207.780,00	204.768,00	2.809.342,88

OBS.

(1) O número de membros de cada órgão foi apurado somando o número de membros em cada mês do ano e dividindo por 12 meses, conforme instrução Ofício Circular CVM/SEP 01/2013.

(2) O Diretor Presidente também é membro do Conselho de Administração. A remuneração está computada no órgão Diretoria Estatutária.

13.3 EM RELAÇÃO À REMUNERAÇÃO VARIÁVEL DOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS E À PREVISTA PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA E DO CONSELHO FISCAL, ELABORAR TABELA COM O SEGUINTE CONTEÚDO:

Na Companhia, não houve pagamento de bônus e participações de resultados para nenhum o Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal, nos três últimos exercícios sociais e não está previsto pagamentos para o exercício social corrente.

13.4 EM RELAÇÃO AO PLANO DE REMUNERAÇÃO BASEADO EM AÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA, EM VIGOR NO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL E PREVISTO PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE:

Não aplicável a Companhia.

13.5 INFORMAR A QUANTIDADE DE AÇÕES OU COTAS DIRETA OU INDIRETAMENTE DETIDAS, NO BRASIL OU NO EXTERIOR, E OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS CONVERTÍVEIS EM AÇÕES OU COTAS, EMITIDOS PELO EMISSOR, SEUS CONTROLADORES DIRETOS OU INDIRETOS, SOCIEDADES CONTROLADAS OU SOB CONTROLE COMUM, POR MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA OU DO CONSELHO FISCAL, AGRUPADOS POR ÓRGÃO, NA DATA DE ENCERRAMENTO DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL.

Posição em 31/12/2013			
MUNDIAL S/A	Conselho Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Ações (MNDL3)	569.341	57.691	621

13.6 EM RELAÇÃO À REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES RECONHECIDA NO RESULTADO DOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS E À PREVISTA PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE, DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA, ELABORAR TABELA COM O SEGUINTE CONTEÚDO:

A Companhia não aplica a remuneração baseada em ações para nenhum dos órgãos da administração.

13.7 EM RELAÇÃO ÀS OPÇÕES EM ABERTO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA AO FINAL DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL.

Não se aplica a Companhia.

13.8 EM RELAÇÃO ÀS OPÇÕES EXERCIDAS E AÇÕES ENTREGUES RELATIVAS À REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA, NOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS.

Não se aplica a Companhia.

13.9 DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS PARA A COMPREENSÃO DOS DADOS DIVULGADOS NOS ITENS 13.6 A 13.8, TAL COMO A EXPLICAÇÃO DO MÉTODO DE PRECIFICAÇÃO DO VALOR DAS AÇÕES E DAS OPÇÕES, INDICANDO, NO MÍNIMO: (A) MODELO DE PRECIFICAÇÃO; (B) DADOS E PREMISSAS UTILIZADAS NO MODELO DE PRECIFICAÇÃO, INCLUINDO O PREÇO MÉDIO PONDERADO DAS AÇÕES, PREÇO DE EXERCÍCIO, VOLATILIDADE ESPERADA, PRAZO DE VIDA DA OPÇÃO, DIVIDENDOS ESPERADOS E A TAXA DE JUROS LIVRE DE RISCO; (C) MÉTODO UTILIZADO E AS PREMISSAS ASSUMIDAS PARA INCORPORAR OS EFEITOS ESPERADOS DE EXERCÍCIO ANTECIPADO; (D) FORMA DE DETERMINAÇÃO DA VOLATILIDADE ESPERADA; (E) SE ALGUMA OUTRA CARACTERÍSTICA DA OPÇÃO FOI INCORPORADA NA MENSURAÇÃO DE SEU VALOR JUSTO.

Não se aplica a Companhia.

13.10 EM RELAÇÃO AOS PLANOS DE PREVIDÊNCIA EM VIGOR CONFERIDOS AOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E AOS DIRETORES ESTATUTÁRIOS.

Não se aplica a Companhia.

13.11 EM FORMA DE TABELA, INDICAR, PARA OS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS, EM RELAÇÃO AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, À DIRETORIA ESTATUTÁRIA E AO CONSELHO FISCAL:

ANO 2011	Conselho Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº membros (1)	2	3	3
Valor da maior remuneração Individual (2)	104.640,00	906.738,99	72.000,00
Valor da menor remuneração Individual (2)	72.000,00	480.000,00	72.000,00
Valor médio de remuneração Individual	101.920,00	632.422,33	74.720,00
ANO 2012	Conselho Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº membros (1)	3,75	3	3
Valor da maior remuneração Individual (2)	104.640,00	829.608,00	76.800,00
Valor da menor remuneração Individual (2)	72.000,00	480.000,00	64.800,00
Valor médio de remuneração Individual	96.501,33	654.563,67	66.600,00
ANO 2013	Conselho Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº membros (1)	4	3	3
Valor da maior remuneração Individual (2)	94.176,00	1.060.594,00	64.800,00
Valor da menor remuneração Individual (2)	94.176,00	483.076,88	64.800,00
Valor médio de remuneração Individual	94.176,00	685.761,39	64.800,00
<p>OBS.</p> <p>(1) para determinar o número de membros de cada órgão, foi somado o número de membros em cada mês do ano e dividido por 12 (média simples).</p> <p>(2) Foi excluída a remuneração dos membros que não exerceram suas funções nos 12 meses do ano.</p>			

13.12 DESCREVER ARRANJOS CONTRATUAIS, APÓLICES DE SEGUROS OU OUTROS INSTRUMENTOS QUE ESTRUTUREM MECANISMOS DE REMUNERAÇÃO OU INDENIZAÇÃO PARA OS ADMINISTRADORES EM CASO DE DESTITUIÇÃO DO CARGO OU DE APOSENTADORIA, INDICANDO QUAIS AS CONSEQUÊNCIAS FINANCEIRAS PARA O EMISSOR:

Não se aplica.

13.13 EM RELAÇÃO AOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS, INDICAR O PERCENTUAL DA REMUNERAÇÃO TOTAL DE CADA ÓRGÃO RECONHECIDA NO RESULTADO DO EMISSOR REFERENTE A MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA OU DO CONSELHO FISCAL QUE SEJAM PARTES RELACIONADAS AOS CONTROLADORES, DIRETOS OU INDIRETOS, CONFORME DEFINIDO PELAS REGRAS CONTÁBEIS QUE TRATAM DESSE ASSUNTO:

Não se aplica.

13.14 EM RELAÇÃO AOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS, INDICAR OS VALORES RECONHECIDOS NO RESULTADO DO EMISSOR COMO REMUNERAÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA OU DO CONSELHO FISCAL, AGRUPADOS POR ÓRGÃO, POR QUALQUER RAZÃO QUE NÃO A FUNÇÃO QUE OCUPAM, COMO POR EXEMPLO, COMISSÕES E SERVIÇOS DE CONSULTORIA OU ASSESSORIA PRESTADOS:

Os membros do Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal não receberam remuneração além das referentes a função que ocupam na Companhia.

13.15 EM RELAÇÃO AOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS, INDICAR OS VALORES RECONHECIDOS NO RESULTADO DE CONTROLADORES, DIRETOS OU INDIRETOS, DE SOCIEDADES SOB CONTROLE COMUM E DE CONTROLADAS DO EMISSOR, COMO REMUNERAÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA OU DO CONSELHO FISCAL DO EMISSOR, AGRUPADOS POR ÓRGÃO, ESPECIFICANDO A QUE TÍTULO TAIS VALORES FORAM ATRIBUÍDOS A TAIS INDIVÍDUOS:

Os membros do Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal não receberam remuneração de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia.

13.16 FORNECER OUTRAS INFORMAÇÕES QUE O EMISSOR JULGUE RELEVANTES:

Não há.